

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 3 | 2019

*Os danos do sistema global de
bases ultramarinas dos Estados
Unidos para os países hospedeiros*

Andrea Luiza Fontes Resende de Souza

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

question emerges of to what extent a host country's sovereignty is respected. Following the descriptive presentation of the damage and an analysis of the localization of these bases and local development in host countries, we conclude that the damages were caused almost entirely, but not only, in countries in the Global South, and that the lack of anti-base movements and social organizations in countries in the South might be a result historical structures that shaped them. There is space for further investigation into the damage caused by bases, and into their very presence in countries in the Global North and in the South, which is why readers are encouraged to engage the subject and fill the existing gaps.

Key-words: United States. Bases. Military. Society.

I. INTRODUÇÃO

Segundo Harkavy (2007), desde a antiguidade³ as grandes potências competem pelo acesso estratégico. Seja por não possuir recursos em seu próprio território ou apenas para projeção de poder as nações buscam firmar bases fora de seu território garantir sua sobrevivência de sua população. Desde 1989, os Estados Unidos (EUA) exercem uma hegemonia no sistema internacional, possuindo um sistema global de bases ultramarinas que se sobrepõe aos demais sistemas de bases de outros Estados. As bases ultramarinas dos EUA se encontram em todas as regiões do globo; isto é algo que nenhuma outra potência possui. Porém, quais são os impactos destas bases nas sociedades hospedeiras? Quais são os países que mais sofrem com os impactos que as bases causam? É isto que o artigo pretende esclarecer.

Inicialmente, este artigo fará uma breve apresentação sobre o fundamento teórico das bases ultramarinas, investigando o que são e qual a finalidade de um estado possuir um sistema de bases hoje. Por seguinte, será exposto como os Estados Unidos conseguiram um sistema de bases globais, ressaltando as principais conquistas e os focos geopolíticos. Por último, será exposto como o sistema global de bases ultramarinas dos EUA causam danos às sociedades hospedeiras. Esta parte, apesar de descritiva, é exposta após uma exaustiva revisão de literatura sobre o tema. Ao final, será apresentada uma análise sobre os dados obtidos na revisão da literatura, em associação com a “classificação de desenvolvimento” da Convenção das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento buscando traçar como é a presença das bases dos EUA nos países do Sul Global.

Portanto, este artigo assume a afirmação de Santos e Menezes (2009) da existência do “Sul Global” como uma metáfora para os países que sofreram com a colonização ocidental-europeia. Ressalta-se a colocação dos autores de que há uma justaposição que coloca boa parte (se não quase todo) do Sul Global no Sul geográfico de nosso globo. Logo, a hipótese é de que os danos das bases ocorrem nos países do Sul Global, em sua grande maioria.

É importante ressaltar que, apesar desta pesquisa não se aprofundar em discussões sobre soberania de um país e seus nacionais *versus* a presença de um território estrangeiro na mesma localidade, ela apresenta através de fatos sobre como a presença avançada de bases dos Estados Unidos em outros países influenciam na vida dos nacionais e como seus direitos e liberdades são desrespeitados.

³ A evidência mais antiga sobre a necessidade de uma nação em utilizar bases em outros territórios data do século V. Tucídides narra que durante a Guerra de Peloponeso entre Esparta e Atenas, as nações competiam por pontos estratégicos no mar Egeu. (HARKAVY, 2007).

II. BASES ULTRAMARINAS

De acordo com Blaker (1990) *apud* Lutz, bases são instalações estáticas que apoiam às atividades das forças militares de um país, garantindo o posicionamento estratégico a determinada região. As bases podem ser domésticas ou ultramarinas, ou seja, podem estar localizadas em outros países. Para Harkavy (2007), a aquisição de bases ou pontos estratégicos pode ocorrer através de acordos diplomáticos, alianças *quid pro quo*, garantindo que a base ultramarina seja provisoriamente de um determinado país; ou podem ser adquiridas durante guerras e através de conquistas territoriais.

Ainda de acordo com Robert Harkavy (2007), o acesso a bases ultramarinas/pontos estratégicos está intrinsecamente ligado com o poder nacional: possuir bases é fundamental para a sobrevivência de uma nação, seja pela dificuldade em acessar recursos naturais em seu próprio território, pela manutenção e segurança do comércio internacional, e pela necessidade de projeção de poder e de dissuasão. Neste sentido, o autor descreve que as grandes potências competem pelo acesso a pontos estratégicos visando garantir sua sobrevivência enquanto nação. Ademais, Harkavy (2007) coloca que a função das bases ultramarinas para o país alterou-se muito desde o século XVI até hoje. Antes, as bases tinham o objetivo de atuar como postos avançados, auxiliando também na projeção de poder de um país em determinado espaço geográfico. As funções das bases neste período eram de reabastecimento, reparo de navios e lazer para os tripulantes. Hoje as bases têm funções mais amplas, como: realizar a projeção de poder convencional e nuclear; auxiliar em exercícios, atividades e missões humanitárias ou de *peacekeeping*; realizar a dissuasão convencional ou nuclear e a diplomacia coercitiva e cooperativa; e o apoio logístico às tropas a serviço da nação.

Desde o início do século XX, as bases possuem uma tipologia variada e muito mais ampla do que nos séculos anteriores, possuindo um caráter mais técnico. A classificação definida pelo SIPRI⁴, a partir da Guerra Fria, aponta que as bases podem ser “[...] navais, aéreas, terrestres, mísseis, de comunicação e comando, inteligência, relacionadas ao espaço, pesquisa e logística. Cada uma destas categorias inclui uma série de outras.” (Harkavy, 2007, p. 17, tradução nossa).⁵ Muitas destas categorias surgiram com o avanço tecnológico que se deu no século XX, como por exemplo, o desenvolvimento dos aviões, dos porta-aviões, de sistemas de comunicação, etc. O avanço tecnológico, porém, causa uma redução da necessidade de bases já

⁴ Stockholm International Peace Research Institute

⁵ [...] naval, air, land, missile, command and communications, intelligence, space-related, research and logistics. Each of these categories subsumes a host of others.

que, na medida em que aviões e navios se tornaram capazes de percorrerem grandes distâncias, foi-se diminuindo a necessidade de ter muitas bases em determinado espaço geográfico. Logo, prioriza-se a qualidade das bases e os objetivos geopolíticos do país. (Harkavy, 2007).

Durante um período de competição, as potências firmam uma rede de bases em pontos estratégicos que promovem o interesse nacional. Quando uma das potências em rivalidade se torna uma hegemonia, sistema de bases ultramarinas que esta hegemonia desenvolveu é dominante em relação aos demais. A hegemonia pode durar um ciclo de anos, décadas ou até séculos, mas a luta pela manutenção e obtenção de pontos estratégicos é constante, podendo surgir uma nova hegemonia. O sistema de bases formado pela hegemonia ainda pode ser regional, quase global, ou global. Portanto, desde o fim da Guerra Fria e o fim da competição entre os Estados Unidos e a União Soviética, os Estados Unidos emergiu como hegêmona não só do sistema internacional, mas como hegemonia do sistema de bases. Isto significa que os Estados Unidos é o único país hoje a deter um sistema de bases global, que muito se relaciona à capacidade global de resposta de suas forças armadas. (Harkavy, 2007).

III. O SISTEMA DE BASES ULTRAMARINAS DOS EUA

Em 1898, através da Guerra Hispano-Americana, que os EUA conquistaram suas primeiras bases ultramarinas. Os EUA saíram vitoriosos do conflito e compraram da Espanha, as Filipinas, as Ilhas de Guam, Midway, Ilhas Wake e Porto Rico pela soma de 20 milhões de dólares. Além disso, os EUA garantiram a independência de Cuba e firmaram um acordo com o novo governo cubano pela utilização da Costa Sul de Cuba e da Baía de Guantánamo para fins militares. Logo após a guerra contra a Espanha, em 1903 os EUA assumem o controle da construção do Canal do Panamá, que foi inaugurado em 1914 e garantiu aos EUA o controle das rotas marítimas comerciais na região do Caribe, além de ser o meio vital para acessar o Oceano Pacífico⁶. Desde então, as políticas dos EUA para região da América Latina e Caribe compreendem a proteção do Canal do Panamá, justificando a existência de bases estadunidenses em países da região. (Souza, 2017; Symonds, 2016).

Portanto, a proteção ao Canal do Panamá se tornou uma justificativa para que os Estados Unidos atuassem ativamente na região da América Latina e Caribe. Após a renovação da Doutrina Monroe⁷ para a América Latina e Caribe entre 1900 e 1930, os EUA utilizaram as

⁶ Nota: Sem o Canal do Panamá, o acesso ao Oceano Pacífico pelo Oceano Atlântico é muito mais demorado e custoso.

bases já existentes na região para intimidar e intervir nos países quando julgassem necessário. (Lindsey-Poland, 2009). Estas medidas foram os primeiros passos para que os Estados Unidos passassem de uma potência regional para uma potência global, visto que entre 1898 e 1914 os EUA firmaram bases militares de grande valor estratégico no mar do Caribe e no Oceano Pacífico. Após 1914, enquanto as potências europeias entravam em uma guerra sem precedentes, a Primeira Grande Guerra (1914 – 1918), os EUA firmavam sua posição como potência militar, econômica e principalmente marítima, sendo capaz de projetar seu poder no Caribe e Pacífico. Porém, apesar da inserção do avião e dos submarinos, que alteraram relevantemente o jogo da guerra, não houve grandes mudanças ou avanços na rede de bases dos EUA nos anos que precederam a Segunda Guerra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Sistema de bases ultramarinas dos EUA começa a se expandir com *Acordo de Lend-Lease de 1941* entre os EUA e a Grã-Bretanha. O acordo permitia a utilização de bases britânicas na região do Caribe e Atlântico Norte e Sul pelas forças militares dos EUA. Os Estados Unidos também garantiram que algumas instalações, bases e portos localizados em países da América Latina funcionassem como plataformas de apoio e abastecimento para as forças militares dos EUA.

Segundo Cole (2014), ao fim da Segunda Guerra, os EUA emergiam como potência econômica e militar, firmando um extenso sistema de bases ultramarinas. Para se ter uma noção do poderio estadunidense nesta época, só o contingente da Marinha dos EUA era duas vezes maior que a soma de todas as marinhas do mundo. Ou seja, os Estados Unidos conseguiram, em menos de 50 anos, se tornar uma grande potência marítima e superar antigas potências como França, Grã-Bretanha, Japão e Alemanha, que saíram arrasados da Segunda Guerra.

Harkavy (2007) aponta que os EUA saíram da Segunda Guerra com um sistema de bases quase global, contanto com bases e instalações na Europa e Oriente Médio. Porém, segundo Blaker (1990) *apud* Souza (2017), muitas das bases ultramarinas construídas no período da guerra perderam sua utilidade geoestratégica e foram fechadas ou transferidas para outras regiões. Em 1947, o número total de bases ultramarinas dos EUA era de 1.139, e em 1949, o número total de bases dos EUA no exterior era de 582. Ou seja, em apenas dois anos reduziu-se em 51% das bases estadunidenses no exterior. Apesar desta redução drástica no número de bases, o sistema de bases ultramarinas dos EUA recebeu melhorias tecnológicas, que reduziam a necessidade de uma grande quantidade de bases. (Harkavy, 2007).

Além da criação dos Comandos Unificados, garantindo às forças armadas a estrutura de Comandos distribuídos geograficamente, a reorganização geoestratégica das bases muito se deve à competição com a URSS. A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, em resposta à reorganização geoestratégica do Pacto de Varsóvia, concedeu aos EUA uma atuação ainda maior de suas forças navais, já que a OTAN institucionalizava a aliança e a cooperação com outras forças navais, como a Grã-Bretanha e a França. Além disso, a aliança pela OTAN garantia às forças navais dos EUA a utilização de bases-aliadas, como as da Grã-Bretanha espalhadas pelo Oceano Atlântico Sul. (Souza, 2017; McCoy, 2017).

É importante observar que a intenção dos EUA era executar a estratégia de contenção contra a influência da União Soviética no globo, principalmente na Ásia e Pacífico após a revolução comunista na China. Logo, a competição por influência reforçou a importância da manutenção de bases ultramarinas dos EUA no globo para garantir a hegemonia militar dos EUA. (McCoy, 2017). Harkavy (2007) adiciona que as bases passaram a ter funções cada vez mais complexas à medida que a tecnologia armamentista progredia. Diferentemente das bases-colônias europeias que funcionavam como pontos de reabastecimento de navios e tinha como função a projeção de poder, agora, as bases estadunidenses pelo globo deveriam realizar a dissuasão nuclear, além da dissuasão convencional e projeção de poder. Isso significa que os aviões, submarinos e navios dos Estados Unidos alocados a determinadas bases eram munidos de armamentos nucleares e de mísseis balísticos de grande alcance (milhares de quilômetros). Além disso, os Estados Unidos e a URSS passaram a investir em instalações técnicas que fossem capazes de desenvolver atividades relacionadas ao espaço, inteligência e comunicação. Ao final da Guerra Fria, observa-se que o sistema de bases ultramarinas começa a retrair-se. Blaker (1990) descreve que entre 1975 a 1988, o número total de bases passou de 865 para 764.

Com o esfacelamento da União Soviética, seu sistema de bases ultramarinas também se despedaçou. Terminava um sistema bipolar de bases, e se iniciava um sistema unipolar: o sistema global de bases ultramarinas dos Estados Unidos. (Harkavy, 2007). Segundo David Vine (2015), com o fim da União Soviética, houve mudanças geoestratégicas e de redução de custos em relação às bases e, no início da década de 1990 houve o fechamento de 60% das bases ultramarinas. Já Harkavy (2007) aponta que, ao mesmo tempo em que houve o fechamento, outros pontos estratégicos importantes foram adquiridos. Um destes pontos estratégicos era ao redor do Golfo Pérsico, que ganhou uma atenção especial dos Estados Unidos nos anos de 1990 após a Guerra do Golfo. (Harkavy, 2007). Após atentado de 11 de setembro de 2001, e a retaliação através das invasões ao Iraque e ao Afeganistão em 2003 e 2005, os Estados Unidos necessitavam uma reestruturação do poder global dos EUA. Isto significou um aumento

considerável na necessidade de bases no Oriente Médio e em outras localidades, como na Ásia Central (Afeganistão, Uzbequistão, Tajiquistão, etc.), no Chifre da África e na América Central. (Harkavy, 2007).

Gerson (2009) ainda relata que o governo de George W. Bush (2001 - 2009) e sua doutrina do “conosco ou contra nós” fez com que diversos países se alinhassem a favor dos Estados Unidos, concedendo contratos para a construção de bases. Logo, de acordo com o autor, foram construídas bases permanentes no Afeganistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão que tinham como função não só auxiliar nas missões no Oriente Médio, mas dissuadir e “cercar” a China⁸ e o Irã.

III.1. Tipologia de bases

É necessário destacar que, nos anos 2000, o Departamento de Defesa dos EUA definiu uma nova tipologia de bases para a nova *Postura de Defesa Global*. Deste modo, existem três categorias de bases ultramarinas: as *Main Operation Bases* (MOB), as *Foward Operation Sites* (FOS), e as *Cooperative Security Locations* (CSL), também chamadas pelo apelido de *lily pads*⁹. As bases do tipo MOB, são instalações de grande porte e com forças permanentes, como a Base de Ramstein, na Alemanha, a Base de Diego Garcia no arquipélago de Chagos, e a Base de Camp Humphreys, na Coreia do Sul. Estas bases possuem complexos que garantem que o estilo de vida dos EUA seja perpetuado no exterior, logo, além de abrigarem as famílias dos militares, elas possuem centros comerciais e de lazer. (Harkavy, 2007; Vine, 2015).

Já as bases do tipo FOS são bases permanentes de tamanho médio e abrigam forças rotativas, como a Base de Soto Cano em Honduras. As FOS são especializadas em treinamentos regionais com outros países. (Harkavy, 2007; Vine, 2015). Se tomarmos a base de Soto Cano como exemplo, observa-se que, segundo Souza (2017), a base pertence ao teatro de operações do Comando do Sul dos Estados Unidos. Uma unidade que é designada para a base de Soto Cano é a Força Tarefa Bravo, que participa de atividades regionais do USSOUTHCOM contra o tráfico de drogas na região do Caribe e Atlântico Sul. (Souza, 2017).

Por sua vez, as CSL ou *lily pads* são instalações pequenas, de baixo custo e limitadas, onde o número de militares estacionados é menor, sendo que estas instalações é o único tipo em que não se permite a presença das famílias dos alocados. São instalações de presença avançada, isto é, preventivas, e que possuem a mais alta tecnologia. Sabe-se que existem

⁸ Harkavy (2007) aponta a China como o principal rival à hegemonia dos Estados Unidos.

⁹ Nota: “*Lily pads*” significam nenúfares na tradução para o português brasileiro.

instalações deste tipo no Quênia, Uganda, Nigéria, Mali, Argélia, Colômbia e Tailândia, todavia, este tipo de instalações é tratado com enorme descrição pelos EUA. (Harkavy, 2007; Vine, 2015).

Segundo Vine (2015) os Estados Unidos possuem hoje cerca de 900 bases e instalações distribuídas mais de 60 países. Segundo o mapa, a maior concentração de bases ultramarinas dos Estados Unidos é na Europa, Oriente Médio e Leste Europeu. Apesar de não ser possível ter um número real sobre quantas bases existem e sobre quantos países recebem estas bases, Vine (2015) foi capaz de fazer um panorama sobre a distribuição destas bases a partir de documentos como o *Base Structure Report*, dos Estados Unidos, e outras pesquisas. Assim, pode-se ter uma noção da quantidade de bases e sua distribuição geográfica, bem como seu tamanho pelo Anexo A (Mapa das Bases militares dos Estados Unidos no exterior em 2015).

IV. OS DANOS DAS BASES DOS ESTADOS UNIDOS NOS PAÍSES HOSPEDEIROS

É importante destacar que as bases ultramarinas são símbolos que representam um domínio territorial dos EUA em um território estrangeiro. Neste sentido, Lutz (2009) descreve que os EUA, para garantir seu domínio em outras regiões, realizam a coerção política e econômica com suas bases ultramarinas, o que pode ser considerado como uma atitude imperialista. Já Cooley e Nexon (2013) apontam que os Estados Unidos exercem uma hegemonia “liberal-imperial” através de seu sistema de bases ultramarinas. Isto quer dizer que não há um domínio imperial completo dos EUA sob o país que hospeda suas bases -ele não retira a soberania do país hospedeiro- mas há um predomínio da política dos Estados Unidos em criar postos avançados, de forma a preservar a soberania do país hospedeiro. Logo, claramente existe uma relação hegemônica de “centro-periferia” entre os Estados Unidos e os países hospedeiros. Apesar dos Estados Unidos negociarem a construção/utilização de uma base com o governo do país hospedeiro, os impactos que as bases causam nas comunidades locais pode levar a uma reconsideração se a soberania do país hospedeiro está realmente sendo respeitada (Cooley; Nexon, 2013).

Em adição, segundo Cooley e Nexon (2013) quando os EUA realizam um contrato com um país para hospedar suas forças em bases, o *Status of Forces Agreement* (SOFA) se torna a referência legal para os deveres e obrigações para cada servidor estadunidense alocado na base. O SOFA ressalta que, apesar de estarem em território estrangeiro, os cidadãos dos Estados Unidos estão sob a jurisdição de seu país. Este ponto se torna um problema quando estadunidenses alocados em bases ultramarinas cometem crimes contra a população local, já

que os estadunidenses não podem ser julgados pelo aparato judicial local. Os autores também destacam que, apesar de que o SOFA pode ser negociado com o país hospedeiro, há um tipo de SOFA diferenciado para os membros da OTAN. Neste documento, já está contido qual será a jurisdição de um crime baseando-se na categoria do crime cometido e no status do cidadão na base. Logo, há uma clara discrepância dos EUA em relação aos membros da OTAN e ao resto do mundo na negociação do status legal da base. Esta discrepância pesará sobre como as infrações e crimes cometidos pelos militares americanos serão julgados (ou não). (Cooley; Nexon, 2013).

As *lily pads*, para David Vine (2015), são um dos tipos mais danosos de bases, principalmente em países do Sul Global. Vine aponta que as *lily pads* são pequenas, fáceis de construir e com muito baixo custo e por isso se proliferam de forma desordenada e que podem causar atritos e conflitos com outros países, além de que podem ocasionar em uma nova competição por bases entre estados:

Se a proliferação de *lily pads* continuar, os Estados Unidos corre um sério risco de ser arrastado em novos conflitos e novas guerras. *Lily pads* próximas às fronteiras da China e da Rússia são especialmente perigosas. Se a China, Rússia ou Irã decidissem construir uma única *lily pad* próxima às fronteiras dos EUA, muitos certamente clamariam por uma resposta militar. (Vine, 2015, p.348, tradução nossa)¹⁰.

Vine (2015) ainda acrescenta que o sigilo das bases, especialmente das *lily pads*, surge no intuito de evitar atritos regionais e a emergência de movimentos antibases. Para manter tal descrição, o Pentágono contrata empresas privadas para a construção das *bases*, evitando que informações caiam em domínio público e que podem comprometer o sigilo das instalações. Segundo o autor, como as *lily pads* são bases de baixo custo, o prejuízo financeiro caso o país hospedeiro deseje encerrar suas atividades, é bem menor do que bases mais complexas como as MOB. O fato que o autor deixa bem explícito é que as *lily pads* são uma forma de garantir a presença avançada em uma região estratégica sem chamar a atenção do público ou da mídia, e com o apoio do governo. O governo dos Estados Unidos pode anunciar a realização de “missões humanitárias” como um motivo que esconde o objetivo primordial da ação: fortalecer e garantir a presença dos EUA de modo a obter informações e garantir a operacionalidade das tropas para aquela localização, caso em breve seja necessário o envio de forças dos EUA. (Vine, 2015).

¹⁰ If the proliferation of *lily pads* continues, the United States runs an increasing risk of being drawn into new conflicts and new wars. *Lily pads* near the borders of China and Russia are especially dangerous. If China, Russia, or Iran were to build even a single *lily pad* near U.S. borders, many would surely call for a military response.

Sobre a distribuição das *lily pads* no globo, pode-se verificar Anexo B (Mapa da proliferação das *Lily Pads* pelo Globo).

Muito além da questão da jurisdição e da soberania, outros demais impactos irão infligir diretamente aos direitos humanos estabelecidos pelas Nações Unidas (ONU). Logo, questiona-se até que medida a soberania e liberdade dos nacionais são respeitadas em prol da presença avançada dos Estados Unidos em seus territórios. A partir principalmente da pesquisa de Vine (2015) sobre os malefícios das bases nas sociedades hospedeiras, mas com o suporte de Enloe (2014), Bittar (2016), Lindsey-Poland (2009), foi possível destacar os seguintes danos: impactos socioeconômicos, destruição de estruturas civis, degradação ambiental, violência sexual e de gênero, e migração forçada. Os tópicos a seguir se dedicam a estes problemas e como eles afetam diversas sociedades e comunidades que vivem e interagem com as bases dos EUA. Não é possível apontar que todas as bases causam os mesmos tipos de danos, mas é possível destacar que estes danos existem em diversas localidades. A maioria destes danos é denunciada por organizações anti-bases e por protestos, questão que também será destacada a seguir.

IV.1. Impactos socioeconômicos

Após a Segunda Grande Guerra, o governo dos EUA passou a permitir que as famílias acompanhassem os soldados estacionados em bases ultramarinas. Anteriormente, somente as famílias dos oficiais eram permitidas em bases estrangeiras. Esta mudança na política das famílias dos militares estadunidenses ocorreu em decorrência dos relacionamentos entre militares estadunidenses e as mulheres alemãs. Aconteceu que na medida em que as tropas ainda continuavam alocadas em bases após a guerra, os militares iniciaram relacionamentos e casamentos com as mulheres das cidades alemãs onde estavam vivendo, causando a revolta das comunidades que não aceitavam o relacionamento com estrangeiros, principalmente negros americanos¹¹. Outros problemas agravaram a situação: os militares passaram a frequentar prostíbulos, o que aumentou em 30% o número de militares com doenças venéreas; outros militares praticavam crimes, o mais grave deles sendo o estupro de mulheres alemãs. A divulgação deste fato para o público americano também causou revolta das famílias dos

¹¹ Segundo Enloe (2014) na Grã-Bretanha, durante a Segunda Guerra, houve uma enorme preocupação com as relações inter-raciais entre as mulheres britânicas brancas e os soldados americanos negros; a medida do governo britânico foi pressionar os Estados Unidos para que enviassem mulheres negras para evitar o relacionamento com as britânicas brancas. Desnecessário dizer que além de racista, as atitudes foram machistas, causando a revolta de instituições e movimentos afro-americanos. (Enloe, 2014).

militares estacionados na Alemanha. A solução do governo dos EUA foi permitir que as famílias fossem reunidas. Logo estas famílias passaram a se integrar e viver enquanto uma comunidade estadunidense fora de seu país de origem. Tais comunidades são denominadas “Pequenas Américas”. (Vine, 2015).

Para abrigar as famílias dos militares nas bases, foi necessária a construção de estruturas sociais que garantissem o conforto dos estadunidenses. Gradativamente foram construídas casas, escolas, hospitais, centros comunitários, etc. Aos poucos surgiram locais para cultura e lazer típicos dos EUA, como cinemas, lojas, shoppings, boliches e, posteriormente, redes de *fast food*. As Pequenas Américas e a entrada do dólar no país acabaram aumentando o fluxo comercial e econômico das cidades onde as bases estavam localizadas. Com isto, pode-se dizer que as bases oferecem oportunidades de trabalho para a sociedade hospedeira. As cidades alemãs, que se encontravam completamente destruídas após a guerra, passaram a desfrutar da circulação de dólares na economia local, e do financiamento de hospitais e escolas e a vinda de empresas, que veio como um bálsamo, garantindo a reconstrução das cidades. (Vine, 2015).

Contudo, ainda de acordo com Vine (2015), existem pesquisas que mostram que o benefício econômico pode não ser tão relevante assim para incentivar os países a manterem bases dos Estados Unidos em seus territórios atualmente. Alguns destes estudos demonstram que as bases estadunidenses se tornaram independentes da economia local, apesar de ainda necessitarem de que civis trabalhem na manutenção das bases. O caso da base de Okinawa também evidencia que talvez a permanência de uma base estadunidense não seja tão vantajosa assim, visto que a economia local somente voltou a crescer quando a base dos Estados Unidos foi encerrada:

As causas da pobreza são complexas, mas no período da ocupação formal dos Estados Unidos em Okinawa, que durou até 1972, inibiu seu crescimento econômico. Recentemente, com o declínio da presença da base, a economia de Okinawa se ampliou e diversificou para as áreas de turismo, TI, call center e logísticas. (VINE, 2015:312, tradução nossa).¹²

Ademais, garantir que as famílias e os militares morem nas bases ultramarinas significa que há gastos extras dos EUA com isso. Algumas fontes garantem que o custo chega a U\$ 200 milhões, outras apontam U\$ 250 bilhões, dependendo do que se é levado em cálculo. O problema é que, como o governo não é transparente com o público sobre a existência de determinadas bases e instalações, é difícil se chegar a um panorama que represente a realidade

¹² The causes of poverty are complex, but the period of formal U.S. occupation of Okinawa that lasted until 1972 clearly inhibited economic growth. In recent years, as the base presence has declined, Okinawa's economy has expanded and diversified around tourism, IT, call centers, and logistics.

com veemência. David Vine (2015) estipula que o gasto real deve chegar a U\$ 71.8 bilhões, diferentemente dos U\$ 22 bilhões que se apresentam pelos dados oficiais do Pentágono. (Vine, 2015).

A existência de bases dos EUA também significa que o governo dos EUA realiza contratos com empresas multinacionais, que realizam manobras fiscais para diminuir ou sonegar o imposto, dinheiro que deveria voltar aos cofres estadunidenses. A lista de contratos vai desde empreiteiras (como a gigante KBR, inc.), companhias de petróleo e construtoras navais. Além disto, estas empresas geralmente favorecem que estadunidenses ocupem cargos de maior qualidade técnica em construções de bases no exterior, enquanto a população local é subjugada a trabalhos abaixo da sua formação ou com salários abaixo na média. (Vine, 2015).

IV.2. Destruição de estruturas civis e degradação ao meio ambiente

Segundo Vine (2015) é possível observar diversos acidentes que envolvem a destruição de propriedades civis e que podem colocar as populações em situações de perigo. Em 30 de junho de 1959, durante um exercício regular das forças dos EUA em Okinawa, um avião caiu em uma escola matando 17 pessoas e ferindo mais uma centena de pessoas. (VINE, 2015).

Em relação ao meio ambiente, durante o governo de George H. W. Bush (1989 – 1993) houve uma mobilização de instituições governamentais dos EUA para controlar os danos que as bases causaram ao meio ambiente, algo que dura até hoje. Algumas medidas são a redução do gasto de energia; o armazenamento correto de materiais poluentes e a eliminação correta dos mesmos. Apesar de exercer uma tentativa de controle, os danos anteriores são, em alguns casos, irreversíveis. (Vine, 2015).

Desde os meados do século XX até hoje, há evidências do vazamento de poluentes como gasolina e exposição à radiação por testes nucleares, por exemplo. Os danos às populações expostas a tais poluentes levam desde a problemas de pele quanto danos ao sistema nervoso, além dos danos psicológicos que não são tão facilmente mensuráveis. Em 1970, na base de Camp Kim de Seoul, militares enterraram centenas de barris do herbicida “agente laranja”. Tal componente é extremamente prejudicial à saúde humana, podendo causar vários tipos de câncer e, entrando em contato com o meio ambiente, podem contaminar o solo e os lençóis freáticos. (Vine, 2015).

Vine (2015) também descreve que a poluição sonora advinda de jatos e demais aeronaves é frequente nas bases ultramarinas. Muitas vezes, as aeronaves realizam exercícios noturnos e altitudes baixas, aproximando-se ao máximo das cidades. Além de trazerem

perturbação social, a poluição sonora das aeronaves traz prejuízos materiais, já que podem ocorrer quebra de janelas e rachaduras nas estruturas civis, como casas e prédios; também podem ocasionar em danos físicos e psicológicos às pessoas expostas. Segundo o autor, na base de Ramstein há uma linha telefônica que atende reclamações especificamente da poluição sonora causada pelos constantes exercícios e idas e vindas de aeronaves. (Vine, 2015).

IV.3. Bases, mulheres e as relações de gênero

De acordo com Enloe (2014), distinguem-se quatro grupos de mulheres que se envolvem no dia a dia das bases ultramarinas: esposas de militares; trabalhadoras civis que exercem funções dentro das bases; mulheres militares; e as mulheres que trabalham com a prostituição nas cidades próximas às bases. Tanto Vine (2015) quanto Enloe (2014) destacam que o ambiente das bases ultramarinas pode ser de risco para estes grupos. Porém Vine (2015) aponta que além destes quatro grupos, existem mulheres e meninas da população local também são vítimas frequentes de todas elas estão sujeitas aos Traumas Sexuais Militares: assédio sexual e estupro por parte dos militares alocados nas bases ultramarinas dos EUA.

Como exemplos desta violência contra civis, destacam-se dois casos em Vine (2015). Primeiramente, em 1995, uma menina de 12 anos foi estuprada por três militares estacionados na base de Okinawa. Neste caso, houve a exclusão e a condenação destes militares à penas de 6 e 7 anos de prisão. Todavia, ocorreram muitos outros casos de estupros de meninas em Okinawa, sendo que muitos destes não foram relatados às autoridades na época, enquanto outros foram silenciados. Já nas bases ultramarinas dos EUA no Afeganistão, estabelecidas após 11 de setembro, as funcionárias civis das bases não tomam água no período do final da tarde, para não terem que utilizar os sanitários durante a noite por medo de serem atacadas por militares. (Vine, 2015).

No caso das mulheres militares alocadas em bases ultramarinas, estimasse que 70% de todas as mulheres que atuaram em guerras dos EUA até 2012 foram vítimas de crimes sexuais. As mulheres foram e ainda são minoria no serviço militar, portanto, são muito mais vulneráveis a ataques. Ainda há casos de homens militares que foram vítimas de crimes sexuais, mas, por diversos constrangimentos sociais que inibem as denúncias, a porcentagem é de 0.9%, o que provavelmente não deve refletir a realidade. Ainda há o agravante de que a cultura militar incentiva o assédio, tanto a mulheres quanto a homens, portanto, eles também são vítimas constantes dos mesmos atos de dominação que vitimizam as mulheres nas bases. (Enloe, 2014; Vine 2015).

Ademais, as vítimas, civis e militares, ainda tem que enfrentar a incapacidade de instituições e de autoridades em lidar com a questão. Um exemplo é que, desde seus primeiros momentos nas forças armadas, os homens devem expurgar tudo o que lhe é feminino, e muitas das vezes associar o que é feminino com fraqueza. (Vine, 2015). Ademais é importante ressaltar que:

Homens não são estupradores por natureza, e que a maioria dos homens nas forças armadas não cometem assédio sexual. Mas através das sociedades humanas, certas condições facilitam a ocorrência do estupro e do assédio sexual. Geralmente, estas são as condições encontradas nas Forças Armadas e Bases dos EUA no mundo. É um ambiente onde as mulheres são consideradas inferiores; onde mulheres são frequentemente reduzidas à objetos sexuais em *camptowns*, na pornografia, e nos shows do USO; e onde homens são treinados e encorajados a exercer sua masculinidade demonstrando sua força e dominância sobre os considerados fracos, inferiores, e daqueles que merecem ser dominados. (Vine, 2015: 208, tradução nossa).¹³

Também há o constante abafamento de casos de estupro e de assédio nas bases. E mesmo quando há a denúncia, apenas 8% dos crimes chegam aos tribunais. No caso de Okinawa outros diversos outros casos não foram relatados para as autoridades pelo receio de que não haveria investigações e punições adequadas. Ademais, as vítimas receavam delatar os crimes sofridos para as autoridades masculinas militares responsáveis. (Vine 2015).

Ainda segundo David Vine (2015), ao redor das bases ultramarinas dos EUA surge áreas onde predomina o comércio sexual. Não é uma situação exclusiva de países mais fracos economicamente, mas há uma clara relação entre a situação econômica do país e o aumento de mulheres que buscam (ou são forçadas) a prostituição como meio de sobrevivência. Como exemplo desta relação, destaca-se o cenário de Okinawa, Coreia do Sul, Tailândia e Vietnã na década de 1950, principalmente após o início da Guerra das Coreias (1950 – 1953) e com a Guerra no Vietnã (1955 – 1975). Na maioria das regiões citadas, a prostituição era uma atividade legal; na Coreia do Sul, à medida que as bases americanas se proliferavam, a prostituição tornou-se a principal atividade das cidades próximas a bases.

De acordo com o autor, com a melhora da economia, as mulheres envolvidas com o comércio sexual possuem outros meios para garantir sua vivência, portanto, o índice de mulheres envolvidas (muita das vezes, exploradas) com a prostituição diminui. O problema do

¹³ Men are not naturally rapists, and the majority of men in the military [...] do not commit sexual assault. But across human societies, certain conditions enable rape and make sexual assault more likely. These are the conditions generally found in the U.S. military and on bases worldwide. This is an environment where females are considered inferior; where women are frequently reduced to sex objects in *camptowns*, in pornography, and in USO shows; and where men are trained and encouraged to enact a masculinity centered on demonstrating one's strength and dominance over others who are considered weaker, inferior, and deserving of being dominated.

comércio sexual é que ele não se resume apenas à prostituição, mas ao tráfico internacional de mulheres para serem exploradas como prostitutas. Logo, Vine (2015) descreve que há uma conexão entre o tráfico internacional de mulheres e da existência das bases na Coreia do Sul:

E em 2007, três pesquisadores concluíram que as bases dos EUA na Coreia do Sul se tornaram “o ponto central do tráfico transnacional de mulheres da Ásia, Pacífico e Eurásia para a Coreia do Sul e Estados Unidos”. Com o surgimento destas revelações, aumentou-se a crítica pública à prostituição no entorno das bases dos EUA na Coreia do Sul. Feministas, grupos religiosos e membros do congresso demandaram uma mudança. O governo sul coreano iniciou mudanças, e o Pentágono rapidamente anunciaram uma política de “tolerância zero” do tráfico. Em 2004, o governo sul coreano tornou a prostituição ilegal. (Vine, 2015:181, tradução nossa).¹⁴

Ademais, o “visto de entretenimento” conhecido como E6, é muitas vezes utilizado para facilitar o tráfico de mulheres para a prostituição em outros países. Ignorando a moralidade da prostituição, o fato é que inúmeras mulheres são exploradas desde há muito tempo para garantir a satisfação de militares “distantes de sua casa”. Utiliza-se de promessas de grandes ganhos para mulheres que se encontram em situações de vulnerabilidade em países mais fracos. No caso da Coreia do Sul as mulheres traficadas (filipinas, russas) que estão em prostíbulos em cidades próximas às dos EUA no exterior, são aliciadas com a promessa de ganhar em dólares, mas, não podem ao menos sair do local em que se encontram, pois estão em situação de ilegalidade e desconhecem o idioma. (Vine, 2015).

Enloe (2014) descreve os que o aumento da prostituição, os abusos e crimes contra as mulheres das comunidades próximas as bases levaram ao surgimento de movimentos antibases. Um dos exemplos destacados pela autora foi quando feministas e nacionalistas pressionaram o senado filipino para que se encerrasse o acordo com os Estados Unidos sobre a posse das Bases de Subic Bay e Clark. Além do aumento da prostituição em comunidades vulneráveis nas Filipinas, durante a década de 1980, a AIDS aumentou consideravelmente entre as mulheres filipinas. Todavia, os comandos das bases estadunidenses consideravam que as filipinas que transmitiam a síndrome para os militares, e não o contrário. Além disso, começou a surgir cada vez mais mulheres filipinas que se tornavam mães solteiras, cujos filhos eram de militares. Apesar dos movimentos antibases na Filipinas entre 1980 e 1990 não terem como principal foco

¹⁴ And in 2007, three researchers concluded that U.S. bases in South Korea have become “a hub for the transnational trafficking of women from the Asia Pacific and Eurasia to South Korea and the United States.” In the wake of these revelations, there has been growing public criticism of prostitution around U.S. bases in South Korea. Feminists, religious groups, and congress members demanded change. The South Korean government began a crackdown, and the Pentagon quickly announced a “zero tolerance” policy for trafficking. In 2004, the South Korean government outlawed prostitution

as questões de gênero citadas, eles conseguiram pressionar o governo para que as atividades das bases de Subic Bay e Clark foram encerradas em 1992. (Enloe, 2014).

IV.4. Migração forçada

David Vine (2015) descreve que, em 1946, todos os 170 nativos do Atol de Bikini (parte das Ilhas Marshall na região da Micronésia no norte do Oceano Pacífico) foram realocados para o Atol de Rongerik, também localizado nas Ilhas Marshall. O motivo? Os Estados Unidos necessitavam de um local isolado para realizar testes com armas nucleares. Porém, a população teve dificuldade em garantir sua autossuficiência em outra localidade. Logo, eles foram sendo realocados pelas forças estadunidenses até encontrarem um lar permanente. Contudo, é só em 1956 que os nativos receberam indenização do governo dos EUA: “[...] os Estados Unidos pagaram aos bikinenses U\$ 25.000 - em notas de um dólar - e criaram uma poupança de U\$ 3 milhões realizando pagamentos anuais”. (VINE, 2015, p. 73, tradução nossa).¹⁵ Esta decisão estratégica dos EUA em realizar testes nucleares no Atol de Bikini ainda traria a necessidade de realocar nativos de outros seis atóis das Ilhas Marshall, já que em 1954, cerca de 7.500 milhas quadradas foram tomadas por uma nuvem de radiação de um dos testes. (Vine, 2015).

Ainda de acordo com Vine (2015), em 1953, o governo dos Estados Unidos e o governo da Dinamarca realizaram um acordo para a expansão da base de Thule, na Groenlândia. No acordo também foi concertado a retirada de 150 inuítes de sua terra, que foram realocados na vila de Qaanaaq, cerca de 200 quilômetros de Thule. Os inuítes somente receberam cobertores e tendas do governo dinamarquês. Apesar de hoje terem o reconhecimento da ilegalidade do ato cometido pelo governo em 1953, os inuítes deslocados não receberam o aval para voltar a sua terra.

Outro caso inacreditável descrito por Vine (2015) é o caso da retirada dos chagossianos de Diego Garcia, no arquipélago de Chagos, no Oceano Índico. Diego Garcia abriga uma base que foi construída em 1973 com o apoio do governo britânico (pois desde o século XIX o arquipélago fazia parte do Império Britânico). Ocorreu que o governo dos EUA convenceu o governo britânico a criar uma área exclusivamente militar em Diego Garcia, antes que as ilhas Mauritius e Seychelles conseguissem sua independência. (Vine, 2015).

Assim, entre os anos de 1968 e 1973 ocorreu à retirada dos chagossianos, a população nativa de Diego Garcia. Os habitantes foram ameaçados, coagidos e expulsos de seus lares,

¹⁵ [...] the United States paid the Bikinians \$25,000—in one-dollar bills—and created a \$3 million trust fund making annual payments.

sendo que a maioria encontrou refúgio nas ilhas de Seychelles e Mauritius. Os chagossianos até hoje sem encontram em situações de extrema pobreza e não houve nenhuma indenização; a não ser para o governo britânico, que recebeu U\$14 milhões dos EUA, na década de 1960. Em 2002, uma parte dos chagossianos recebeu a “dádiva” da cidadania britânica, isto depois que a Corte britânica decidiu, em 2000, que a expulsão dos chagossianos foi ilegal. (VINE, JEFFREY, 2009; VINE, 2015). Segundo a Organização dos Refugiados de Chagos, cerca de 2.000 chagossianos foram expulsos de seu lar. (Chagos Reffugee Group, 2018). Vine e Jeffrey (2009) apontam que há cerca de 5.000 chagossianos exilados pelo mundo, contando com seus descendentes. Sendo que a maioria dos chagossianos está entre as populações mais pobres e vulneráveis nos países onde encontraram refúgio.

Percebe-se que em todos os casos descritos acima, foi completamente ignorada a conexão que as populações nativas que foram descoladas tinham uma conexão com a sua terra. Ademais, fora a situação de pobreza que essas minorias passaram após a migração forçada, nunca se saberá o real dano psicológico que estas remoções causaram nas populações. (Vine, 2015).

IV.5. Movimentos antibases

Desde 1945, em diversos países que hospedam bases dos EUA surgiram movimentos e organizações antibases. Muitos destes movimentos foram bem-sucedidos em encerrar as atividades dos EUA no país, como no caso das Filipinas, cujos movimentos antibases pressionaram o governo a encerrar as bases de Subic Bay e Clark.

Ao observar o Anexo C (Mapa dos protestos antibases entre 1945 e 2015) é possível notar que os protestos e movimentos não se restringem a uma determinada época ou região geográfica do globo. Como são muito diversos, alguns casos foram selecionados para ilustrar este tópico.

Um dos movimentos antibases que se destaca é o “We are Guåhan” que surgiu na Ilha de Guam, território americano, em 2011. O movimento é contra o impacto que a construção de bases dos Estados Unidos poderia gerar em locais históricos e arqueológicos e na ecologia da ilha. O grupo foi capaz de pressionar instituições como a Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos EUA (EPA) que, concordando com as reivindicações do grupo, exigiu uma mudança nos planos de construção das bases. (Vine, 2015). Contudo, nem todos os movimentos que surgiram foram bem-sucedidos.

Em 2006, os Estados Unidos negociavam com o governo da Itália a construção de uma base na cidade de Vicenza, localizada ao norte da Itália. A base seria localizada no aeroporto de Dal Molin e nas proximidades do aeroporto. Todavia, esta movimentação para a construção de uma base em Dal Molin trouxe diversas preocupações aos moradores de Vicenza, que temiam os impactos que a construção da base e a presença dos militares estrangeiros poderiam gerar para a população local. Entre estas preocupações estavam a violência contra mulheres, desmatamento, danos à economia local, etc. Emergiu, portanto, o grupo No Dal Molin (no português brasileiro, Não a Dal Molin) que iniciou diversos protestos contra a construção de uma base estrangeira na região, todavia, o grupo somente conseguiu que a base da Força Aérea dos EUA fosse construída em outro lugar, numa antiga base aérea da Itália. Em 2013, o governo italiano, juntamente com o governo dos Estados Unidos, oficializou a construção da base, que está em pleno funcionamento nos dias atuais. (Vine, 2015).

Na América do Sul também surgiu um forte movimento antibase no Equador, onde os EUA possuíam um acordo para utilização da base de Manta. Durante o período conhecido por “Virada à Esquerda” houve um forte movimento contra as políticas e a presença militar dos Estados Unidos na América do Sul e Central, muito sob a liderança do presidente Hugo Chávez, da Venezuela. Neste cenário, quando Rafael Correa subiu à presidência do Equador em 2007, ele anunciou que o acordo sobre a utilização da base de Manta não seria renovado. (Vine, 2015; Bittar, 2016).

Segundo Lindsay-Poland (2009) o acordo para a utilização da base de Manta pelos EUA foi firmado em 1990 e, desde então, a base se tornou vital para as políticas e atividades do Plano Colômbia: além de garantir a presença e reabastecimento logístico das tropas estadunidenses na Colômbia, a base tinha por monitorar o *spillover* do conflito entre a Colômbia e as FARC¹⁶ para o Equador. Contudo, as atividades militares dos EUA causaram danos à população do Equador. O autor destaca que o acordo não foi aprovado propriamente pelo Congresso do Equador e que as forças estadunidenses instaladas em Manta iniciaram uma “perseguição” a barcos equatorianos que supostamente levavam imigrantes ilegais para os Estados Unidos. Partindo deste “motivo”, as embarcações equatorianas foram naufragadas e outras 40 embarcações de pesca foram interceptadas por forças dos EUA. (Lindsay-Poland, 2009). Neste contexto, Sebastian Bittar (2016) ainda complementa que:

A base foi instalada sob o governo de Jamil Mahuad, que era considerado por muitos como um símbolo da subordinação da elite à um sistema bancário corrupto e à interesses estrangeiros. A campanha contra a elite no Equador se tornou um sinônimo da campanha contra a base dos EUA em manta, assim

¹⁶ Forças Revolucionárias da Colômbia.

como na luta contra o controle na produção de petróleo e contra as negociações de um Acordo de Livre Comércio (FTA) com Washington. (Bittar, 2016:84, tradução nossa).¹⁷

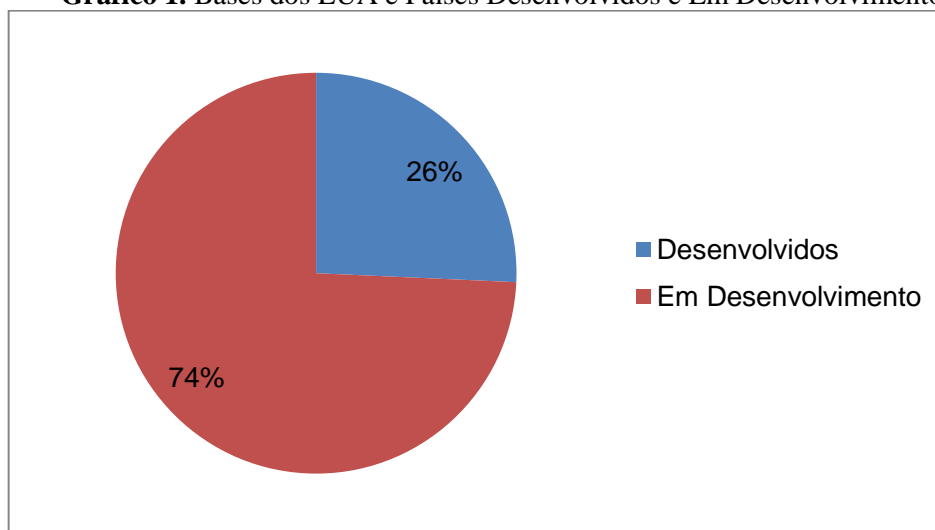
Vine (2015) ainda destaca a criação do *International Network for the Abolition of Foreign Military Bases* (criado pelo Transnational Institute) um movimento para informar sobre os impactos das bases ultramarinas no mundo. Além de prover informações, o movimento busca apoiar os movimentos regionais e criar debates e espaços para discussão em instituições e organizações internacionais. (Vine, 2015; Transnational Institute, 2009).

V. As Bases e o Sul Global

Considerando a premissa inicial da existência do “Sul Global” composto por países que passaram por um período de colonização europeia, podemos considerar que países de continentes como a América Latina, Ásia, África e Oceania se enquadram neste conceito. Em sua grande maioria (com exceção da Austrália e Nova Zelândia), percebe-se que os países destes continentes apresentam níveis altos de desigualdade socioeconômica, fruto dos processos de colonização. (Menezes e Santos, 2010). Se observarmos as classificações da Convenção das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), vê-se que os países do sul global são países “em desenvolvimento”.

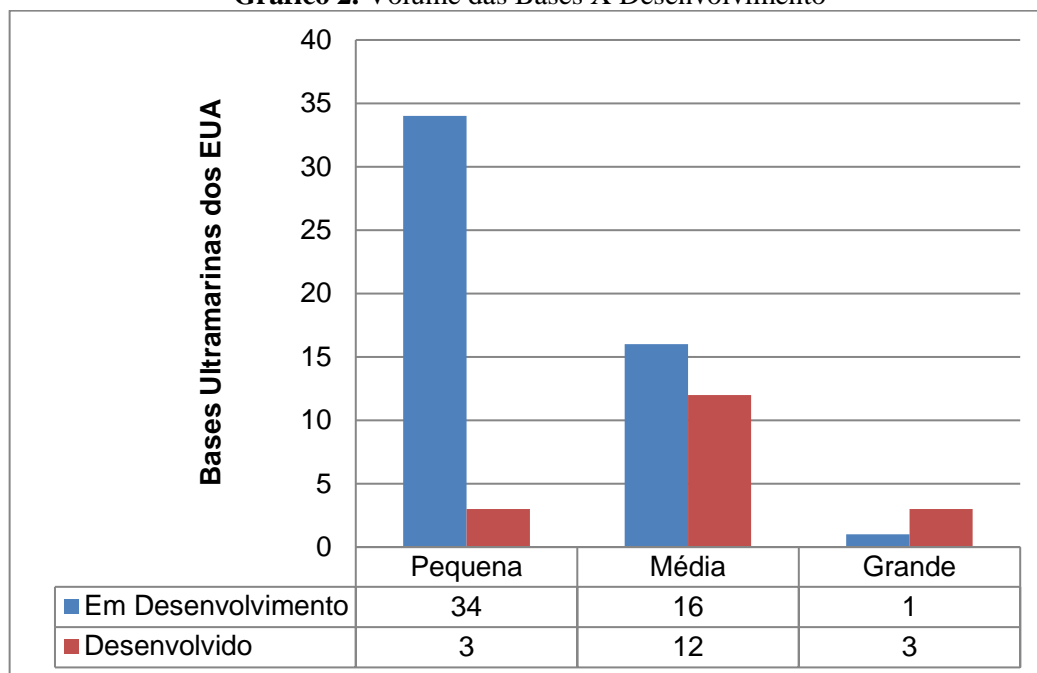
No anexo D (Tabela sobre a localização e volume das bases e classificação de desenvolvimento) foi estabelecida uma comparação de dados entre os países que recebem bases dos Estados Unidos estabelecido por David Vine (2015), e qual a classificação de seu desenvolvimento segundo a UNCTAD (2019). Fora os territórios ultramarinos dos EUA, existem bases ultramarinas dos Estados Unidos em 69 países, onde: 18 países desenvolvidos, todos do continente Europeu; 51 países em desenvolvimento, divididos entre África, América Latina, Oriente Médio, Ásia e Oceania. Ainda segundo o Gráfico 1 (Bases dos EUA e Países Desenvolvidos e Em Desenvolvimento), o total de países em desenvolvimento que possuem bases dos EUA chega a 74% do total.

¹⁷ The base was installed under the government of Jamil Mahuad, who was widely considered to be the symbol of the elite serving a corrupt banking system and foreign interests. Campaigning against the elite in Ecuador became synonymous with campaigning against the US base in Manta, as well as fighting US control of oil production and against the negotiations of a Free Trade Agreement (FTA) with Washington.

Gráfico 1. Bases dos EUA e Países Desenvolvidos e Em Desenvolvimento

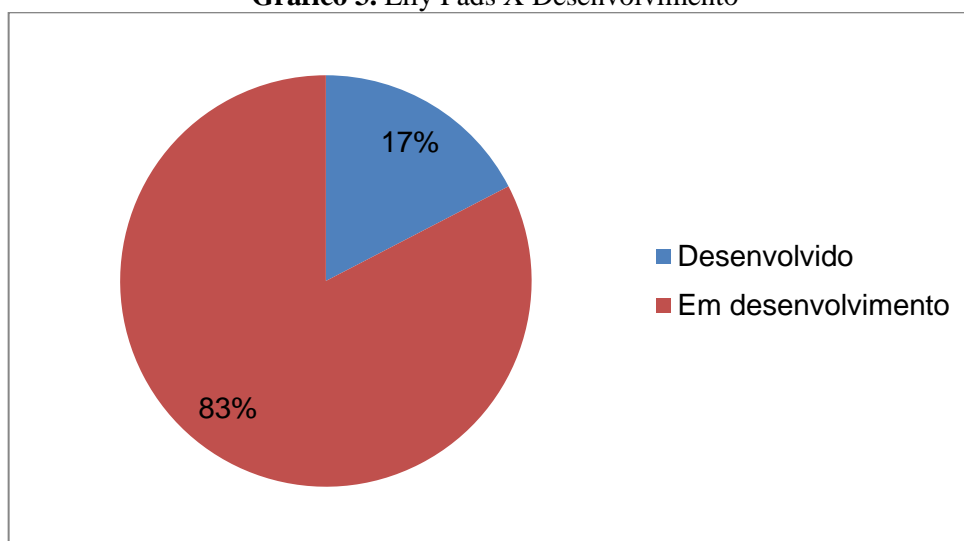
Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que Vine (2015), no Anexo D (Tabela sobre a localização e volume das bases e classificação de desenvolvimento), apresenta três volumes diferentes para o complexo de bases existentes no exterior: pequeno (pequenas bases, como *lily pads*), médio e grandes (mais que 30 bases); podemos aferir a relação entre o volume das bases e sua presença em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como se segue o Gráfico 2 abaixo. Segundo o gráfico, a proporção do volume de bases pequenas em países em desenvolvimento (34) é muito maior do que em países desenvolvidos (3). Contudo, dentre os três maiores volumes de bases em países desenvolvidos, apresentam-se a Alemanha com 174 bases e o Japão com 113.

Gráfico 2. Volume das Bases X Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 69 países hospedeiros, 46 deles são apontados por Vine de terem bases “*lily pads*”. Se ainda consultarmos o Anexo E (Tabela da Proliferação das bases CSL/*Lily Pads* e Desenvolvimento) e o Gráfico 3 (*Lily Pads* X Desenvolvimento), observa-se que: das 46 localidades, 38 são países em desenvolvimento, o que representa 83% do total; enquanto 8 países são desenvolvidos, cerca de 17% do total. Assim, sobre estes dados, pode-se inferir que a maioria dos países onde as *lily pads* estão possivelmente presentes, grande parte são países do Sul Global.

Gráfico 3. Lily Pads X Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, se observarmos a descrição dos danos às sociedades dos países hospedeiros, países como Japão, Itália e Alemanha, que são considerados países “desenvolvidos” e que não seriam propriamente do “Sul Global”, são países que denunciam os diversos danos causados pelas atividades nas bases. Além disso, Guam, território insular dos EUA, também possui a ocorrência de um movimento antibase, portanto, a insurgência social contra as bases também ocorre dentro da soberania dos Estados Unidos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar as informações de Vine (2015) com as da UNCTAD (2019) é possível observar que as bases ultramarinas dos EUA são muito mais presentes em países do Sul Global do que em outros países. Todavia, são em sua maioria bases de baixo volume e, devido à falta de informações, não é possível identificar com precisão a quantidade de bases ou o volume do complexo. Não se sabe até que ponto o tamanho da base pode influenciar nos danos às comunidades locais, mas é possível perceber que estes danos não se resumem a apenas localidades do Sul Global.

Observa-se que a discriminação estrutural contra as mulheres e a falta de solidez dos aparatos institucionais e jurídicos garantem que essa discriminação continue e que crimes sexuais fiquem impunes, além de perpetuar a cultura do assédio. Nota-se que, nos materiais consultados, há uma falta de pesquisa sobre outros casos de violência e discriminação de gênero.

As existências de instituições de monitoramento podem coibir alguns comportamentos e garantir reparação e auxílio a estas populações, contudo, se as *lily pads* são bases que facilmente e desorganizadamente se proliferam por todo mundo de maneira sigilosa, como será possível avaliar os impactos das bases nas sociedades hospedeiras? A falta de transparência do governo dos EUA pode impedir que as sociedades, as instituições e organizações interessadas encontrem meios justos para monitorar os impactos das bases nas populações. É possível averiguar que é de extrema importância que a sociedade hospedeira das bases reivindique seus direitos humanos, e um dos meios pelo qual se é possível realizar esta reivindicação é através do poder público. Logo, as *lily pads* apresentam mais um perigo para as sociedades hospedeiras do que um benefício para a segurança da sociedade dos Estados Unidos.

Ainda há um agravante: se as *lily pads* se proliferam em estados mais fracos e vulneráveis, os Estados Unidos estariam sendo responsável por agravar esta vulnerabilidade.

Logo, a falta de transparência do próprio governo estadunidense pode prejudicar sua própria reputação e gerar um atrito com países onde as bases estão sendo construídas e mantidas, principalmente nos países do Sul Global. Um exemplo disto foi o fechamento da base de Manta, no Equador.

Sobre os resultados apresentados no item anterior, chama a atenção que não os movimentos e organizações antibases não ocorre unicamente em países do Sul, mas também do Norte Global. Além disso, são poucos países do Sul Global que apresentam organizações ou movimentos antibases, mas isso pode ser mais um sintoma dos problemas estruturais que permeiam estes países. Segundo Frey (2003) países em desenvolvimento carecem de estruturas, instituições e ferramentas que fomentem movimentos de ação coletiva e também carecem de meios de comunicar estas iniciativas.

Este trabalho buscou apresentar um novo panorama sobre os estudos estratégicos sobre bases ultramarinas, buscando nas “Epistemologias do Sul” um meio para apresentar, compreender e discutir os danos das bases ultramarinas dos EUA nos países que as recebem. Ainda há muito que se debruçar sobre o assunto, portanto, fica o incentivo para que novos estudos e pesquisas se aprofundem sobre o tema ou subtemas apresentados nesta pesquisa.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Sebastian E. **US military bases, quasi-bases, and domestic politics in Latin America**. Palgrave MacMillan. [E-book].

BLAKER, James R. **United States Overseas Basing**. New York: Praeger. 1990. 197 p.

CHAGOS REFUGEE GROUP. About. 2018. Disponível em: < <http://chagosrefugeegroup.org/about/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

COLE, Benjiman D. **U.S. Navy: A history of stagnation and innovation**. 2014. 85 f. Dissertação. Naval Postgraduate School, Califórnia, Monterey. Disponível em : < www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA619476 >. Acesso em 27 jul. 2018.

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel H. “The Empire Will Compensate You”: The Structural Dynamics of the U.S. Overseas Basing Network. **Cambridge Journals: Perspectives on Politics**, v. 11, n. 4, p. 1034 - 1050, 2013. Disponível em: < http://www.dhnexon.net/wp-content/uploads/2017/10/empire_will_compensate_you_the_structural_dynamics_of_the_us_overseas_basing_network.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018

GERSON, Joseph. U.S. foreign military bases and military colonialism: personal and analytical perspectives. In: LUTZ, Catherine (Ed.). **The Bases of Empire: The Global Struggle Against US Military Posts**. London: Pluto Press. 2009, cap. 1, p. 47 - 70. [e-book].

HARKAVY, Robert E. **Great Power Competition for Overseas Bases: The Geopolitics of Access Diplomacy**. New York: Pergamon Press. 1982. [e-book].

HARKAVY, Robert E. **Strategic Basing and the Great Powers: 1200 – 2000**. 2007. [e-book].

JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire: Military, Secrecy, and the End of the Republic**. New York: Metropolitan/Owl Book. 2004. [e-book].

LINDSEY-POLAND, John. U.S. Military Bases in Latin America and the Caribbean. In: LUTZ, Catherine. **The Bases of Empire: The Global Struggle against U.S. Military Posts**. Cap. 2 London: Pluto Press. 2009, Cap. 2, p. 71 – 95. [e-book].

LUTZ, Catherine. Bases, Empire, and Global Response. In: LUTZ, Catherine (Ed.). **The Bases of Empire: The Global Struggle Against US Military Posts**. London: Pluto Press. 2009, Introduction, p. 1 – 46. [e-book].

MCCOY, Alfred W. **In the Shadows of the American Century: The Rise and Decline of US Global Power**. Chicago: Haymarket Books. 2017. [e-book].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2009. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2018.

VINE, David; JEFFREY, Laura. Give us back Diego Garcia: Unity and Division among activists in the Indian Ocean. In: LUTZ, Catherine (Ed.). **The Bases of Empire: The Global Struggle Against US Military Posts**. London: Pluto Press. 2009, Cap. 6, p. 181 – 217. [e-book].

VINE, David. **Base Nation: How U.S. military bases abroad harm the America and the World**. 2015. New York: Metropolitan Books, Henry Holt and Company. [E-book].

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010.

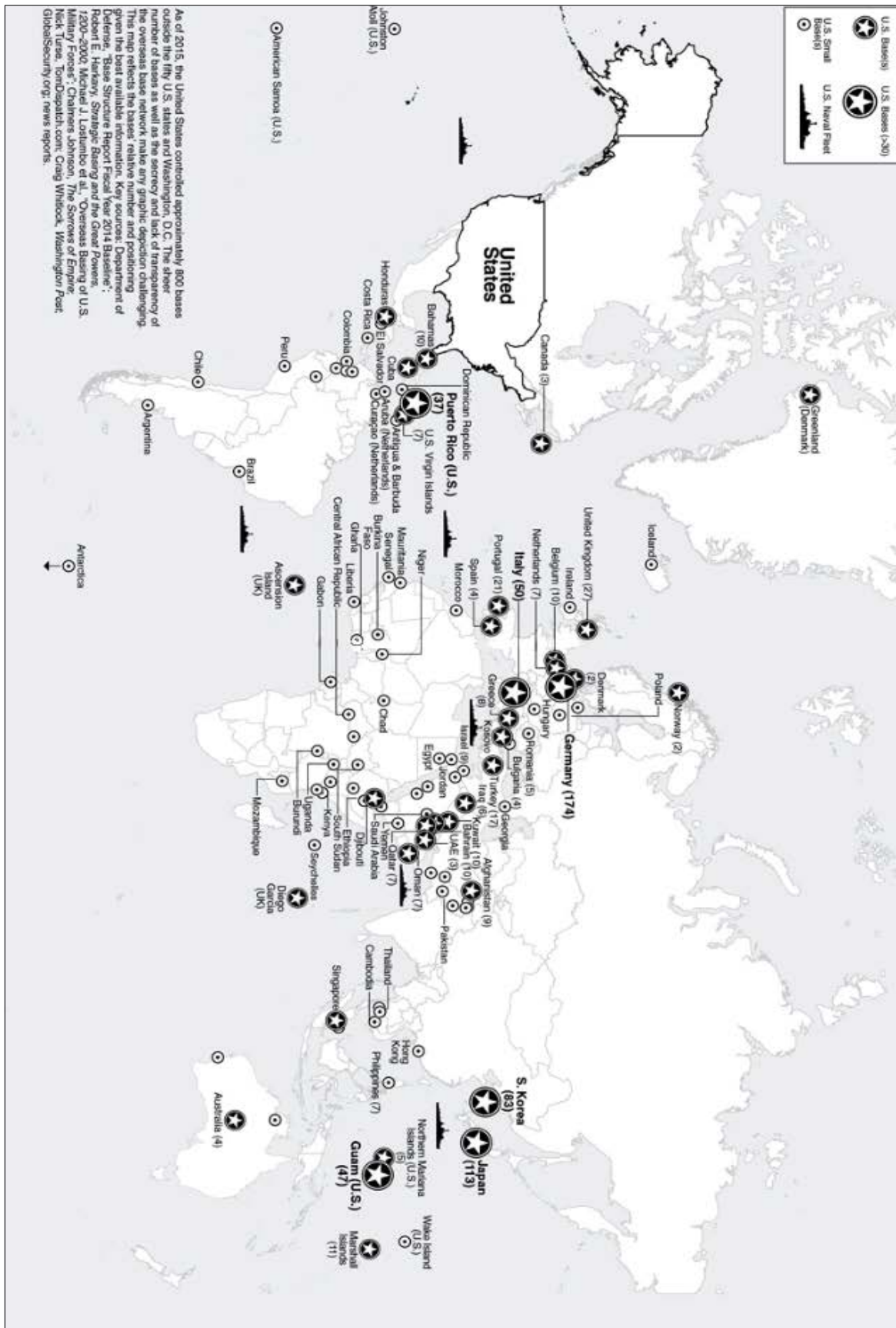
SOUZA, Andrea Luiza Fontes Resende de. **As Forças Navais dos Estados Unidos no Atlântico Sul: Um estudo de caso sobre a Quarta Esquadra dos Estados Unidos**. 195 f. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais 2017

SYMONDS, Craig L. **The U.S. Navy: A concise history**. 2016.

TRANSNATIONAL INSTITUTE. Foreign Military Bases and the Global Campaign to close them: Beginner's guide. 21 Jul. 2009. Disponível em: < <https://www.tni.org/en/publication/foreign-military-bases-and-the-global-campaign-to-close-them#nobases>>. Acesso em 12 ago. 2018.

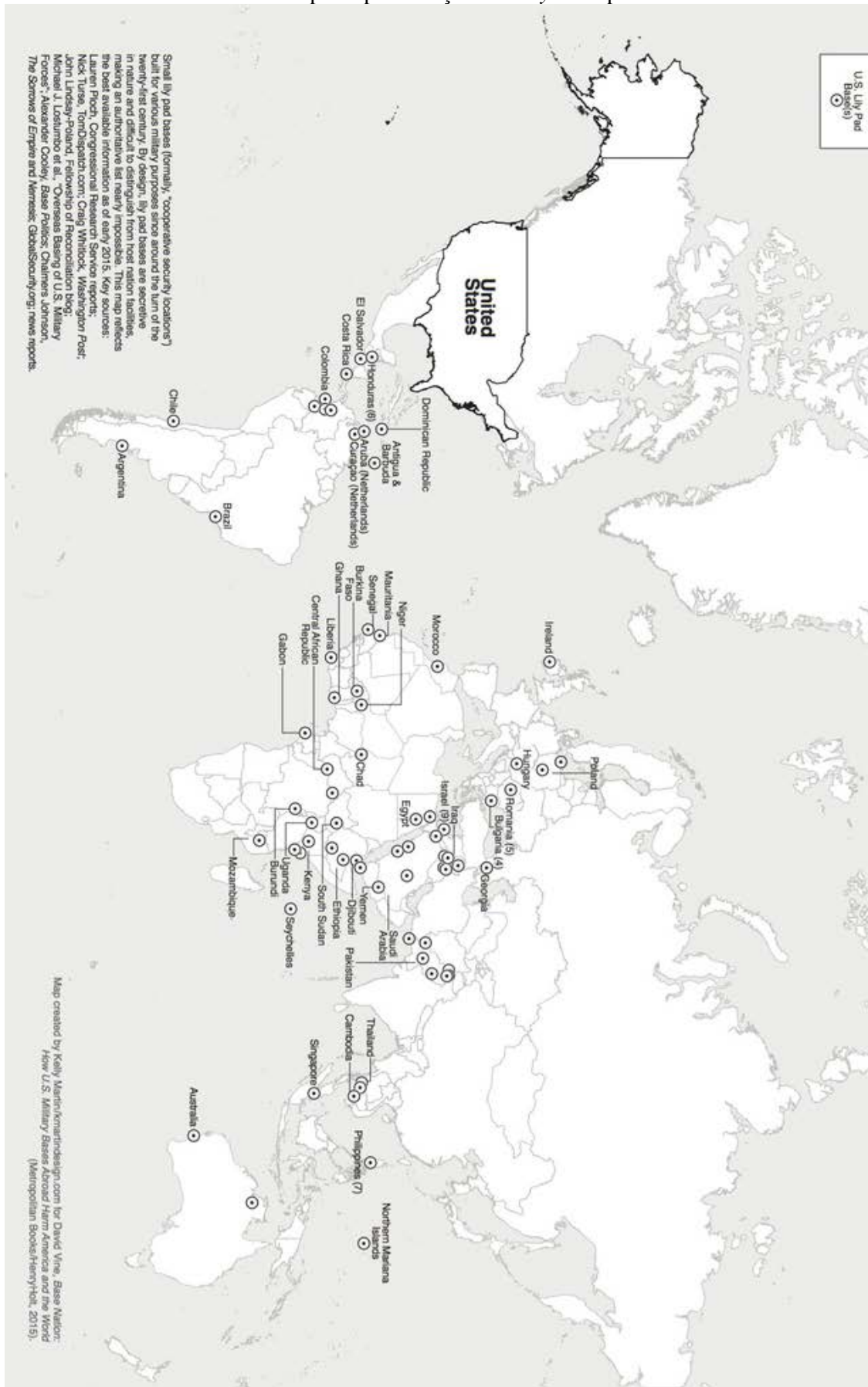
UNCTAD. UNCTSTAT: **Country Classifications**. 2019. Disponível em: < <https://unctadstat.unctad.org/EN/Classifications.html>>. Acesso em: set. 2019.

ANEXO A. Mapa das bases militares dos Estados Unidos no exterior em 2015



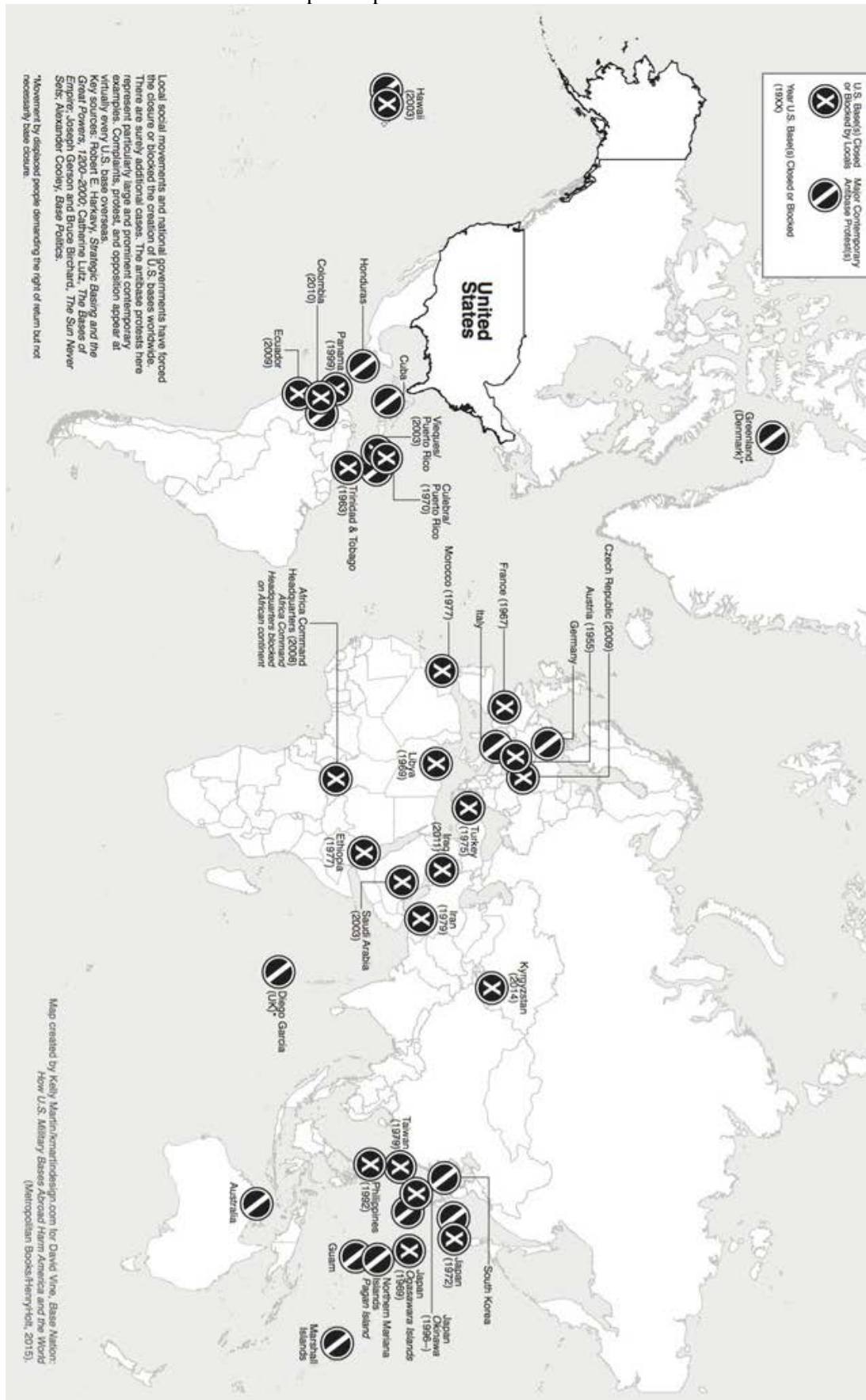
Fonte: Vine (2015).

ANEXO B. Mapa da proliferação das *Lily Pads* pelo Globo



Fonte: Vine (2015)

ANEXO C. Mapa dos protestos antibases entre 1945 e 2015



Fonte: Vine (2015)

ANEXO D. Tabela sobre a localização e volume das bases e classificação de desenvolvimento

Região	País	Volume	Classificação de desenvolvimento	
Antártica		Pequena	Não se aplica	
Territórios Ultramarinos dos EUA	Atol de Johnston	Pequena	Em desenvolvimento	
	Guam	Grande (47)		
	Ilhas Marshall	Média (11)		
	Ilhas Wake	Pequena		
	Porto Rico	Grande (37)		Desenvolvido
	Samoa	Pequena		Em desenvolvimento
América Latina	Antígua e Barbuda	Pequena	Em desenvolvimento	
	Argentina			
	Aruba (Holanda)			
	Bahamas			Média
	Brasil			
	Chile			
	Colômbia			
	Costa Rica			
	Cuba			Média
	Curaçao (Holanda)			Pequena
	El Salvador			
	Honduras			
	Ilha da Ascensão (Reino Unido)			Média
	Ilhas Virgens (Reino Unido)			
Peru	Pequena			
África	Burkina Faso	Pequena	Em desenvolvimento	
	Chade			
	Diego Garcia			Média
	Djibouti			
	Egito			
	Etiópia			
	Gabão			
	Gana			
	Libéria			
	Marrocos			
	Mauritânia			Pequena
	Moçambique			
	Quênia			
	República da África Central			
	Senegal			
	Seychelles			
Sudão do Sul				
Uganda				
Oriente Médio	Afeganistão	Média (9)	Em desenvolvimento	
	Arábia Saudita	Pequena		
	Bahrain	Média (10)		
	Emirados Árabes Unidos	Média (3)		
	Iêmen	Pequena		
	Iraque	Média (6)		
	Israel	Média (9)		Desenvolvido
	Jordão	Pequena		
	Kuwait	Média (10)		Em desenvolvimento
Omã	Média (7)			

	Qatar	Média (7)	Em desenvolvimento
Europa	Alemanha	Grande (174)	
	Bélgica	Média (10)	
	Bulgária	Média (4)	
	Dinamarca	Média (2)	
	Espanha	Média (4)	
	Geórgia	Pequena	
	Grécia	Média (8)	
	Holanda	Média (7)	Desenvolvido
	Irlanda	Pequena	
	Itália	Grande (50)	
	Kosovo	Pequena	
	Noruega	Média (2)	
	Portugal	Média (21)	
	Reino Unido	Média (27)	
	Romênia	Média (5)	
	Turquia	Média (17)	Em desenvolvimento
Ásia e Oceania	Austrália	Média (4)	Desenvolvido
	Camboja	Pequena	
	Coréia do Sul	Grande (83)	
	Filipinas	Pequena (7)	
	Hong Kong	Pequena	Em desenvolvimento
	Japão	Grande (113)	
	Paquistão	Pequena	
	Singapura	Média	
	Tailândia	Pequena	

Fonte: elaboração própria com base em Vine (2015) e UNCTAD (2019).

ANEXO E. Tabela sobre a proliferação das *lily pads* no globo e informações sobre desenvolvimento

Região	País	Classificação UNCTAD
América Latina	Antígua e Barbuda	
	Argentina	
	Aruba	
	Brasil	
	Chile	
	Colômbia (4)*	Em desenvolvimento
	Costa Rica	
	Curaçao	
	El Salvador	
	Honduras (6)*	
República Dominicana		
África	Burkina Faso	
	Burundi	
	Chade	
	Djibouti	Em desenvolvimento
	Egito	
	Etiópia	
	Gabão	
Gana		

	Libéria	
	Marrocos	
	Mauritânia	
	Moçambique	
	Níger	Em desenvolvimento
	Quênia	
	República Central Africana	
	Senegal	
	Seychelles	
	Sudão do Sul	
	Uganda	
	Arábia Saudita	
Oriente Médio	Iêmen	Em desenvolvimento
	Iraque	
	Israel (9)*	Desenvolvido
	Bulgária (4)*	
	Geórgia	
Europa	Hungria	Desenvolvido
	Irlanda	
	Polónia	
	România (5)*	
	Austrália (2)*	Desenvolvido
	Camboja	
	Filipinas (7)*	
Ásia e Oceania	Norte das Ilhas Marianas	Em desenvolvimento
	Paquistão	
	Singapura	
	Tailândia	

Fonte: elaboração própria com base em Vine (2015) e UNCTAD (2019).

* Nestas localidades Vine (2015) identifica mais de uma CSL/Lily pads

Recebido em: agosto/2018.

Aprovado em: outubro/2019.